

## Sobre a liberdade em Arendt: comentários introdutórios<sup>1</sup>

### About freedom in Arendt: introductory comments

José João Neves Barbosa Vicente  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB  
[josebvicente@bol.com.br](mailto:josebvicente@bol.com.br)  
<http://lattes.cnpq.br/3698270800560619>

#### Resumo

A proposta geral deste artigo é analisar e discutir a ideia da liberdade como aparece na obra de Arendt. Especificamente pretende-se demonstrar com este estudo que Arendt não é apenas uma grande defensora da liberdade, mas também que, para ela, nem a política e nem o indivíduo têm qualquer sentido na ausência dessa liberdade que deve se manifestar em um espaço público através da ação e do discurso na presença dos pares; pretende-se também defender que, para Arendt, não existe nenhum bem maior do que a liberdade que, como entendida por ela, nada tem a ver, por exemplo, com a “interioridade” ou com o “livre-arbítrio”.

#### Palavras-chave

Interioridade; Liberdade; Política.

#### Abstract

The general proposal of this article is to analyze and discuss the idea of liberty as it appears in the work of Arendt. Specifically it is intended to demonstrate with this study that Arendt is not only a great defender of freedom, but also that, to her, not the politics and not the individual have any sense in the absence of such freedom that should manifest itself in a public space through the action and discourse in the presence of the peers; the aim is to also defend that to Arendt, there is no greater good than freedom, as understood by it, has nothing to do, for example, with the “interiority” or with the “free will”.

#### Keywords

Interiority; Freedom; Politics.

### 1. Introdução

Quando o interesse da pesquisa é analisar a questão da liberdade em Arendt, não se pode negar, por exemplo, que tal pesquisa debruçará sobre um dos temas mais importantes de toda a obra da autora. No entanto, é preciso estar ciente também que, para autora, levantar esse tipo de questão não é tarefa fácil, pois “dependendo da solução escolhida, se torna tão impossível conceber a liberdade ou o seu oposto quanto entender a noção de um círculo quadrado”. Toda essa dificuldade pode ser explicada da seguinte forma: “em todas as questões práticas”, porém, sobretudo nas questões “políticas, temos a liberdade humana como uma verdade evidente por si mesma, e é sobre essa suposição axiomática que as leis são estabelecidas nas comunidades humanas, que decisões são tomadas e que juízos são feitos” (Arendt, 1972, p. 188-189). Todavia, mesmo não sendo tarefa fácil tratar da questão da liberdade, Arendt colocou esse tema no centro das suas reflexões e é praticamente impossível, como observou Kohn (2000, p. 114), estudar e compreender seu pensamento “sem considerar a questão da liberdade” que aparece ao longo da totalidade da sua obra como um dos temas fundamentais. Desde *Origens do*

<sup>1</sup> O conteúdo deste artigo é parte da pesquisa realizada pelo autor no curso de pós-graduação na UFBA, sob a orientação do professor Dr. Genildo Ferreira da Silva.

*totalitarismo*, quando destacou, entre outros temas, a destruição total da liberdade humana pelos regimes nazista e comunista, ou como disse Plot (2014, p. 69), quando constatou a negação radical de “dois aspectos da condição humana: espontaneidade e pluralidade como a lei da terra”, o tema da liberdade permaneceu em destaque nos escritos de Arendt até o seu último livro inacabado *A vida do espírito*. A liberdade, como entendida por Arendt, para utilizar aqui as palavras de Andronache (2006, p. 118), pode ser descrita como “o bem maior”, pois a “grandeza e a permanência da república são partes desta complexa compreensão da liberdade”, sem a qual a vida política como tal perde qualquer sentido.

## **2. Liberdade e totalitarismo**

Apesar de Arendt (1999, p. 296) ter afirmado que “o inaudito, uma vez ocorrido, pode se tornar precedente para o futuro”, é preciso destacar que sua preocupação incessante com o tema da liberdade ao longo dos seus escritos, não significa a manifestação do seu “medo” em relação ao fenômeno totalitário. Como disse Wagner (2006, p. 183), a preocupação de Arendt com a questão da liberdade não é movida pelo medo do “inaudito”, mas sim pela “confiança”; ela confia principalmente na capacidade humana de fazer um “novo começo”, de fundar uma “nova forma de governo” que seja o inverso radical do totalitarismo na qual todos possam ter a oportunidade de falar e agir em conjunto, de manifestar a sua liberdade através da ação/participação política. Para Arendt, como disse Correia (2007, p. 98), “não podemos amar o mundo e afirmar a dignidade da política sem confiar na capacidade humana de agir livremente”, por isso a tarefa da política como entendida por ela, diz Dossa (1989, p. 19), deve ser “essencialmente articular, defender e celebrar a realidade da liberdade humana” que só pode ser “expressada e experimentada na esfera pública, na presença de outros homens”. Não se pode conceber uma república, diz Arendt (1972, p. 195), na qual “falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer”, ou seja, um espaço onde “cada qual se move entre iguais”, pois “sem esses outros que são meus iguais não existe liberdade alguma”, por isso “aquele que domina outros”, pode ser várias coisas, “mas não é mais livre em coisa alguma. Ele também se move num espaço no qual a liberdade não existe, em absoluto” (Arendt, 2002, p. 48-49). Percebe-se, assim, que em termos arendtianos, o que fundamenta a existência da política ou da república, não é outra coisa senão a liberdade, pois nenhuma ação é possível sem a liberdade “de dizer ‘sim’ ou ‘não’ [...] e ação é exatamente a substância de que é feita a política” (Arendt, 1973, p. 15). Por isso, quando se trata da política ou da república, “nenhuma causa subsiste, afora a mais antiga de todas”, diz Arendt (1988, p. 9), “aquela que, de fato, desde o início de nossa história, tem determinado a própria existência da política, a causa da liberdade contra a tirania”. Nenhuma política tem sentido sem a liberdade, sem espaços nos quais os homens possam agir entre seus pares através de atos e palavras, pois são nesses espaços, ou em outras palavras, é apenas na esfera pública que “temos de fato o direito de esperar milagres”, o que significa dizer, para a pensadora, que “os homens, enquanto puderem agir, estão em condições de fazer o improvável e o incalculável e, saibam eles ou não, estão sempre fazendo” (Arendt, 2002, p. 44).

Para Arendt, é preciso lembrar que os acontecimentos políticos do nosso tempo, como, por exemplo, os regimes totalitários que destruíram todo e qualquer espaço entre os homens, impedindo a manifestação da liberdade, “fazem-nos duvidar não apenas da coincidência da política com a liberdade como de sua própria compatibilidade”, nesse sentido, “inclinamo-nos a crer que a liberdade começa onde a política termina” (Arendt, 1972, p. 195), mas a verdade é que desde Antiguidade, política e liberdade eram “conciliáveis entre si”, eram “vistas como idênticas”, a alteração aconteceu “nas condições modernas”, ou seja, “desde a Primeira Guerra Mundial, cada um dos pratos que nos foram servidos pela política”, diz Arendt (1993, p. 118), “teve de ser comido em temperatura consideravelmente mais quente do que aquela em que seus cozinheiros tiveram ideia de prepará-los”. Para a autora, no entanto, essa tendência em

duvidar da compatibilidade entre política e liberdade deve ser superada, pois existe uma estreita relação entre elas, e é a liberdade que justifica a convivência politicamente organizada entre os homens:

O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política. E mesmo hoje em dia, quer o saibamos ou não, devemos ter sempre isso em mente, ao falarmos do problema da liberdade, o problema da política e o fato de o homem ser dotado de ação; pois ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade, e é difícil tocar em um problema político particular sem, implícita ou explicitamente, tocar em um problema de liberdade humana. A liberdade, além disso, não é apenas um dos inúmeros problemas e fenômenos da esfera política propriamente dita, tais como a justiça, o poder ou a igualdade; a liberdade, que só raramente – em épocas de crise ou de revolução – se torna o alvo direto da ação política, é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado (Arendt, 1972, p. 191-192).

Percebe-se que Arendt não concebe a liberdade como parte constitutiva da natureza humana, ou como uma propriedade inerente à natureza do indivíduo. Na verdade, para ela, nem sequer é possível conhecer tal natureza, pois “seria como pular sobre a nossa própria sombra. Além disto, nada nos autoriza a presumir que o homem tenha uma natureza ou essência no mesmo sentido em que as outras coisas as têm”. Se existe “uma natureza ou essência” nos homens, diz Arendt (2009, p. 18), “então certamente só um deus pode conhecê-la e defini-la; e a condição prévia é que ele possa falar de um ‘quem’ como se fosse um ‘quê’”. De acordo com comentários de Kohn (2000, p. 115), a maneira como Arendt concebe “a questão da liberdade humana”, isto é, longe da ideia que a concebe como algo inerente à natureza do indivíduo, representa um verdadeiro “desafio às formas tradicionais de considerá-la”. A liberdade como entendida por Arendt “consuma-se na experiência da ação política conjunta”, diz Duarte (2000, p. 214), “por meio da qual advém a novidade que renova e redireciona de maneira inesperada o curso dos processos desencadeados pela interação humana, garantia de uma história aberta e sem final”.

### 3. Liberdade, “interioridade” e espaço público

Como já foi dito anteriormente de forma breve, a liberdade como concebida por Arendt (1988, p. 25), não é algo doado “pela natureza” e que se desenvolve por si mesmo, ela é convencional e artificial, produto “do esforço humano e das qualidades do mundo feito pelos homens”, ela não é, portanto, “um universo interior” no qual se pode escapar pela “própria vontade, das pressões do mundo exterior” e nem é, também, “um *liberum arbitrium*, que faz a vontade escolher entre alternativas”. A liberdade só pode existir em público, a “praça pública” é o lugar onde ela aparece e se torna visível para todos, ela é “uma realidade terrena, tangível, algo criado pelos homens para ser desfrutado por eles, e não um dom ou uma capacidade” (Arendt, 1988, p. 99).

Liberdade, para Arendt, além de não ser concebida como uma propriedade inerente à natureza humana, ela não é entendida também como a “liberdade de escolha que arbitra e decide entre duas coisas dadas”, mas sim como “a liberdade de chamar à existência o que antes não existia, o que não foi dado nem mesmo com um objeto de cognição ou de imaginação” (Arendt, 1972, p. 197-198); e para que uma ação seja livre, diz a autora, ela deve ser livre “de motivos” e livre “do fim intencionado como um efeito previsível”. E na medida em que uma ação é livre, ela “não se encontra nem sob a direção do intelecto, nem de baixo dos ditames da vontade – embora necessite de ambos para a execução de um objetivo qualquer” (Arendt, 1972, p. 198). A ação “brota”, assim, em termos arendtianos, “de algo inteiramente diverso”, isto é, de

um “princípio”, como, por exemplo, “a honra ou a glória, o amor à igualdade, que Montesquieu chamou de virtude, ou a distinção, ou ainda a excelência”. Diferente dos “motivos”, o “princípio”, como concebido pela autora, não surge “no interior do eu”, mas sim no “exterior” e de forma generalizado; sendo assim, não prescreve metas particulares, ou em outras palavras, não prescreve nenhum objetivo político específico. O “princípio inspirador” da ação, “torna-se plenamente manifesto somente no próprio ato realizador”, e ele se manifesta “no mundo enquanto dura a ação e não mais” (Arendt, 1972, p. 198-199).

Os homens devem morrer, reconhece Arendt (2009, p. 258), mas isso não significa que eles “nascem para morrer”. Para a autora, os homens “nascem para começar”, e esse começo do qual os homens são capazes é, para ela, a realização da liberdade: “O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável” (Arendt, 2009, p. 191), e é apenas exercendo plenamente essa capacidade de começar, de agir em virtude de ter nascido, que ele “pode conferir aos negócios humanos fé e esperança” (Arendt, 2009, p. 259). Arendt relaciona, assim, liberdade e nascimento na medida em que, para ela, a cada nascimento vem ao mundo um ser capaz de agir, de começar algo *novum* na presença de seus pares, e “o milagre da liberdade está contido nesse poder – começar” (Arendt, 2002, p. 43). Para ela, “nascer é já”, diz Correia (2007, p. 32), “ser capaz de instaurar novidade no mundo por meio da ação e, assim, atualizar a liberdade”, nesse sentido, para Arendt, os homens são “permanentes afirmadores da singularidade que o nascimento inaugura”. Para Arendt (1972, p. 216), portanto, “o homem é livre porque ele é um começo [...] Deus criou o homem para introduzir no mundo a faculdade de começar: a liberdade”. Nesse sentido, como sublinhou Kohn (2000, p. 115), “o homem não nasce livre” para Arendt, “mas nasce *para* a liberdade”.

Portanto, para Arendt, a liberdade é algo que se constrói no mundo por seres humanos que agem em conjunto, para ela, não nascemos, mas tornamo-nos livres através de atos e palavras em um espaço público na presença de nossos pares, onde cada um de nós assume “uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas” (Arendt, 2009, p. 211). De acordo com Arendt (2009, p. 59), “o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação”, assim, para ela, “a aparência” não é algo que esconde a realidade ou a autenticidade, mas sim “aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos”, ela “constitui a realidade”. Nas palavras de Muñoz (2003, p. 263-264), a aparência como é percebida em Arendt, “depende do olhar do outro, isto é, requer uma pluralidade de agentes”, nesse sentido, “aparecer em público significa adquirir realidade para os demais”, ou como disse Assy (2004, p. 45), para a autora, “proclamar uma opinião em público”, significa “comunicar-se e expor-se ao teste dos outros”, pois “a existência humana implica essencialmente aparecer, para si mesmo e para os outros”. Jamais se pode experimentar a liberdade, diz Arendt (1988, p. 224), se não for “no espaço das ações livres e das palavras vivas dos homens”, a consciência da liberdade não surge no “relacionamento com nós mesmos”, tal consciência somente é possível “em nosso relacionamento com outros”; a liberdade pressupõe essencialmente, diz Arendt (1972, p. 194), “encontrar com outras pessoas em palavras e ações”. Somos livres, portanto, apenas enquanto agimos na presença de nossos pares, isto é, em um espaço de aparência “no mais alto sentido da palavra”, diz Arendt (2009, p. 211), “no qual eu apareço aos outros e os outros a mim”, nem antes e nem depois, a “liberdade coincide sempre com o ato em realização”, e para ilustrá-la, a autora diz:

Talvez a melhor ilustração da liberdade enquanto inerente à ação seja o conceito maquiavélico de *virtú*, a excelência com que o homem responde às oportunidades que o mundo abre ante ele à guisa de *fortuna*. A melhor versão de seu significado é “virtuosidade”, isto é, uma excelência que atribuímos às artes de realização (à diferença das artes criativas de fabricação), onde a perfeição está no próprio desempenho e não em um produto final que sobrevive à atividade que a trouxe ao mundo e dela se torna independente [...] As artes de realização [...] têm com efeito uma grande afinidade com a

política. Os artistas executantes – dançarinos, atores, músicos e o que o valha – precisam de uma audiência para mostrarem seu virtuosismo, do mesmo modo como os homens que agem necessitam da presença de outros ante os quais possam aparecer; ambos requerem um espaço publicamente organizado para sua “obra”, e ambos dependem de outros para o desempenho em si. Não se deve tomar como dado um tal espaço de apresentações sempre que os homens convivem em comunidade (Arendt, 1972, p. 199-201).

A liberdade como é compreendida por Arendt, está diretamente ligada ao modo como ela era vivenciada na *pólis*, portanto, diferente do modo como ela foi compreendida ou distorcida pela nossa tradição filosófica “ao transpô-la de seu campo original, o âmbito da política e dos problemas humanos em geral”, diz Arendt (1972, p. 191), “para um domínio interno, onde ela seria aberta à autoinspeção”. Essa tendência, de acordo com observações da autora, foi seguida e aprofundada por Agostinho que tentou conscientemente “divorciar da política a noção de liberdade, de chegar a uma formulação através da qual fosse possível ser escravo no mundo e ainda assim ser livre” (Arendt, 1972, p. 193). Toda a “nossa tradição filosófica”, portanto, diz a autora, “sustenta quase unanimemente que a liberdade começa onde os homens deixaram o âmbito da vida política”, isto é, a liberdade do ponto de vista dessa tradição, “não é experimentada em associação com outras pessoas, mas sim no relacionamento com o próprio eu” que pode ser entendido como “diálogo interior, que desde Sócrates denominamos de pensamento”, ou como “conflito dentro de mim mesmo, no antagonismo interior entre o que quereria fazer e o que faço, cuja cruel dialética desvelou, primeiro a Paulo e depois a Agostinho, os equívocos e a impotência do coração humano” (Arendt, 1972, p. 204). Para ampliar ainda mais essa tendência que consiste em separar a liberdade do âmbito político, Arendt afirma que nos séculos XIX e XX, principalmente com a ascensão das ciências sociais e políticas, “o governo” passou a ser “considerado como o protetor nomeado não tanto da liberdade, como do processo vital, dos interesses da sociedade e dos indivíduos”, mas o processo vital como entendido pela autora, “não se acha ligado à liberdade, mas segue uma necessidade que lhe é própria”. A liberdade, nesse sentido, surge como “um fenômeno marginal, que constitui de certa forma os limites que o governo não deve transpor sob risco de pôr em jogo a própria vida e suas necessidades e interesses imediatos” (Arendt, 1972, p. 196).

A liberdade, em termos arendtianos, só pode manifestar-se no espaço público através da ação e do discurso na presença de outros homens, “é o caráter público da esfera pública”, diz Arendt (2009, p. 65), “que é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo”, isolar significa negar a liberdade, pois significa privar-se da ação e do discurso que “são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato com ela” (Arendt, 2009, p. 201). Para Arendt, diz Schio (2006, p. 144-145), “o homem livre busca o espaço público, a proximidade com os outros homens, a troca de opiniões, o dissenso e o consenso”; para ela, não se pode falar da “liberdade na esfera da vida privada, em contraposição à liberdade na vida pública”, pois “há liberdade apenas na vida pública”. O que existe na vida privada, não é liberdade, mas “obediência às leis naturais, sendo qualquer indivíduo submetido a elas”, na vida privada não existem espaços “para a discussão, o consenso ou o dissenso, o encontro entre iguais”, nela existe “apenas o adequar-se e o suprir as necessidades básicas de qualquer ser vivo”. É no espaço público, portanto, diz Arendt (2009, p. 189), que “os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes”, pois a “ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens”. É, portanto, através de ação e do discurso que revelamos uns aos outros quem somos:

Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano [...] Esta revelação de ‘quem’, em contraposição a ‘o que’ alguém é – os dons, qualidades, talentos e defeitos que alguém pode exibir ou ocultar – está implícita em tudo o que se diz ou faz [...]

Esta qualidade reveladora do discurso e da ação vem à tona quando as pessoas estão com outras, isto é, no simples gozo da convivência humana, e não 'pró' ou 'contra' as outras (Arendt, 2009, p. 192).

Dessa revelação, ou desse tipo de manifestação, possível apenas no espaço público na presença dos nossos pares, "nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano", pois, na verdade, "vida sem discurso e sem ação" é uma vida "literalmente morta para o mundo", porque ela "não é vivida entre os homens" (Arendt, 2009, p. 189). Isso significa dizer que, em termos arendtianos, somente a pessoa livre é um ser humano, ou seja, "ser humano e ser livre são uma única e mesma coisa" (Arendt, 1972, p. 216). Como observou Dossa (1989, p. 18) a respeito desse assunto, em Arendt, "sem o fato da liberdade, nem a política e nem o significado humano são concebíveis". Para ela, diz McGowan (1998, p. 63), "somente aqueles que são livres que iniciam alguma coisa no mundo (através de atos e palavras), e que se distinguem como 'únicos' contam como humanos". As "apostas" de Arendt "são altas", reconhece McGowan, mas são compreensíveis, principalmente quando se considera que as suas explicações para tais apostas encontram-se alicerçadas no fato dela acreditar seriamente na capacidade humana de começar, de se inserir no mundo através de palavras e atos. Nas palavras de Drucker (2002, p. 103-104), é preciso estar ciente que, para Arendt, apenas o ser humano "significa irrupção de algo singular e inesperado", ou seja, para ela, cada um de nós é uma promessa de "algo novo". Suas apostas, portanto, são todas elas na liberdade humana, "ela deposita sua esperança na capacidade de as pessoas nos surpreenderem, mesmo nas situações mais desfavoráveis".

A liberdade exige, para Arendt, não a obediência a uma vontade, seja ela "geral", seja ela pertencente a uma pessoa ou grupo, mas sim a comunicação com os outros, a "companhia de outros homens" e um "espaço público comum para encontrá-los" no qual cada um possa "inserir-se por palavras e feitos" (Arendt, 1972, p. 194). A liberdade, portanto, está ligada ao espaço público e "sempre implica", diz Arendt (1973, p. 190), "em liberdade de divergir", e como disse Schio (2006, p. 141), "a censura não pode se fazer presente", ou seja, aquele que diz "sim ou não em uma discussão" não pode "ser excluído do grupo ao qual pertence". A liberdade, portanto, como entendida por Arendt, não se alinha com a ideia da "liberdade interior", ou seja, com "o espaço íntimo no qual os homens podem fugir à coerção externa e sentir-se livres"; essa ideia é, na verdade, o "oposto" da liberdade, sua origem tem a ver com o estranhamento do mundo, ou seja, a experiência de "liberdade interior" encontra-se diretamente ligada a "uma retirada do mundo onde a liberdade foi negada para uma interioridade na qual ninguém mais tem acesso". É na "Antiguidade tardia" que a *interioridade* foi descoberta como esse espaço de "absoluta liberdade dentro do próprio eu", e aqueles que a descobriram não "possuíam um lugar próprio no mundo", ou em outras palavras, não tinham "uma condição mundana que, desde a Antiguidade primitiva até quase a metade do século XIX, foi unanimemente considerada como sendo um pré-requisito para a liberdade" (Arendt, 1972, p. 192).

Os argumentos mais convincentes sobre a liberdade interior, de acordo com a autora, estão em Eпитeto, para quem "livre é aquele que vive como quer", e ele prossegue dizendo "que um homem é livre se ele se limita ao que está em seu poder, se ele não vai até um domínio onde possa ser cerceado" (Arendt, 1972, p. 193). Enquanto em Eпитeto estão os argumentos mais convincentes sobre a liberdade interior, em Montesquieu está a figura do primeiro pensador a ter consciência do caráter inadequado desse conceito de liberdade para fins políticos. E "para desvencilhar-se dele", Montesquieu "distinguiu expressamente a liberdade política da filosófica", e assinalou que "a filosofia não exige da liberdade mais que o exercício da vontade (*l'exercice de la volonté*), independentemente das circunstâncias e da consecução das metas que a vontade estabeleceu"; por outro lado, "a liberdade política", diz ele, "consiste em poder fazer o

que se deve querer". Portanto, assim como para os antigos, para Montesquieu também não havia qualquer dúvida "que um agente não podia mais ser chamado de livre quando lhe faltasse a capacidade para fazer - donde se torna irrelevante saber se essa falha é provocada por circunstâncias exteriores ou interiores" (Arendt, 1972, p. 208-209). Definitivamente, a liberdade não "surge absolutamente na esfera do pensamento", diz Arendt (1972, p. 191), e nem é vivenciada "no diálogo comigo mesmo". A noção da liberdade ligada à interioridade "é relevante somente para as pessoas que vivem fora das comunidades políticas, como indivíduos isolados" (Arendt, 2000, p. 335), mas "o indivíduo em seu isolamento", isto é, afastado do espaço público, diz Arendt (2002, p. 102), "jamais é livre". Para a autora, portanto, os homens não podem ser livres se não for entre seus pares, entre seus iguais e em um espaço político propriamente dito no qual possam agir em conjunto, participando efetivamente nos assuntos públicos, pois não se pode separar liberdade da participação política. É por isso que, em termos arendtianos, "nem toda forma de inter-relacionamento humano e nem toda espécie de comunidade se caracteriza pela liberdade", ou seja:

Onde os homens convivem, mas não constituem um organismo político - como, por exemplo, nas sociedades tribais ou na intimidade do lar -, o fator que rege suas ações e sua conduta não é a liberdade, mas as necessidades da vida e a preocupação com sua preservação. Além disso, sempre que o mundo artificial não se torna palco para ação e discurso - como ocorre com comunidades governadas despoticamente que os banem para a estreiteza dos lares, impedindo assim o ascenso de uma esfera pública - a liberdade não possuía realidade concreta [...] A liberdade como fato demonstrável e a política coincidem e são relacionadas uma à outra como dois lados da mesma matéria (Arendt, 1972, p.194-195).

Uma vez que nascemos para a liberdade, ou seja, nascemos para agir ou começar algo novo através de atos e palavras, e esta atividade só pode ser exercida no espaço público na presença de nossos pares através de uma participação ativa nos assuntos públicos, Arendt não aceita nenhum tipo de governo cuja prática reduz a participação política, o exercício efetivo da liberdade dos indivíduos. Para defender a manifestação da liberdade, ou a participação política efetiva dos indivíduos, Arendt pensa um espaço público comum no qual os indivíduos possam falar e trocar opiniões uns com os outros, de modo que suas diferenças e seus pontos em comuns possam surgir e tornar assuntos de debates. Ela pensa, assim, um mundo de aparência politicamente organizado no qual todos têm a oportunidade de participar através de palavras e atos, pois ser livre significa, para Arendt, agir entre iguais. Para que isso aconteça efetivamente, é necessário uma forma de governo baseada no sistema de conselhos onde cada um tem a oportunidade de participar nos assuntos públicos, discutindo, fazendo propostas e intervenções, não apenas em períodos eleitorais, mas todos os dias. Não é apenas a teoria política que deve defender a manifestação da liberdade humana ou o seu aparecimento no espaço público, para Arendt, a finalidade da política deve ser também a de construir e manter em existência esse espaço de aparência no qual os homens possam agir, isto é, possam ser livres, um espaço onde "as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades" (Arendt, 2009, p. 212). Quando o "âmbito público" deixa de desempenhar a sua função que consiste em "iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparições onde podem mostrar, por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior, quem são e o que podem fazer", abre-se espaço para "as sombras" (Arendt, 2008a, p. 08). A prioridade da política, portanto, para a Arendt, diz Villa (2008, p. 96), deve ser necessariamente "construir e cuidar de um mundo, no qual os cidadãos poderão vir a experimentar a liberdade mundana através de ações, debates e deliberações com os seus pares", por isso, para a autora, a política não é o resultado de uma predisposição natural, ou uma realização das características inerentes à

natureza humana, ela é uma realização dos indivíduos que criam um mundo no qual a ação e o discurso se manifestam. “As instituições políticas – não importa quão bem ou mal sejam projetadas”, diz Arendt (1972, p. 200), “dependem, para sua existência permanente, de homens em ação”. Política, portanto, é uma questão de indivíduos que compartilham de um espaço comum de aparência no qual as preocupações públicas são articuladas a partir de diferentes perspectivas:

É este o âmbito em que a liberdade constitui uma realidade concreta, tangível em palavras que podemos escutar, em feitos que podem ser vistos e em eventos que são comentados, lembrados e transformados em estórias antes de se incorporarem por fim ao grande livro da história humana. Tudo o que acontece nesse espaço de aparecimento é político por definição [...] Toda tentativa de derivar o conceito de liberdade de experiências no âmbito político soa de maneira estranha e surpreendente porque todas as nossas teorias a respeito dessa questão são em sua totalidade dominadas pela noção de que a liberdade é um atributo da vontade e do pensamento, muito mais que da ação. E essa prioridade não deriva meramente da noção de que qualquer ato deve ser precedido psicologicamente de um ato cognitivo do intelecto e de uma ordem da vontade para levar a efeito sua decisão, mas deriva também, e talvez basicamente, da alegação de que “a perfeita liberdade é incompatível com a existência da sociedade”, e de que ela só pode ser tolerada em sua perfeição fora do âmbito dos problemas humanos (Arendt, 1972, p. 201-202).

Para que a política possa criar e manter um espaço público no qual os homens possam ser livres, isto é, possam agir entre seus pares através de atos e palavras, é necessário, diz Arendt (2009a, p. 144-145), que ela se baseie na “pluralidade humana”, na “coexistência e associação de homens diferentes”, condição essencial da ação e do discurso: “Não o Homem, mas os homens é que habitam este planeta. A pluralidade é a lei da Terra” (Arendt, 2000, p. 17). É, portanto, em virtude da pluralidade que cada um de nós é capaz de agir e relacionar com os outros como único e distinto, quando se esquece a condição humana da pluralidade torna-se impossível qualquer tipo de “resposta filosófica válida para a pergunta: O que é a política?” (Arendt, 2009a, p. 144). Portanto, é necessário que se esclareça de uma vez por todas, que “este nosso mundo, que existiu antes de nós e está destinado a sobreviver aos que nele vivem”, diz Arendt (1972, p. 203), “simplesmente não se pode dar ao luxo de conferir primariamente sua atenção às vidas individuais e aos interesses a elas associados”. Toda a relação política necessita do outro para dialogar, para opinar, para apresentar de forma livre o seu ponto de vista sobre os assuntos públicos, pois somos “todos os mesmos”, isto é, somos todos “humanos, sem que ninguém seja igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (Arendt, 2009, p. 16). A esfera pública deve levar em consideração as inúmeras perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta, deve ser o lugar reservado à “individualidade”, isto é, o lugar onde os homens possam mostrar quem eles são “realmente e inconfundivelmente”. A pluralidade humana, a existência de diversos iguais que é a base para o discurso e a ação é, para Arendt, a condição de toda a vida política; a pluralidade humana como entendida pela nossa autora, coloca em evidência, portanto, a individualidade e a interdependência dos homens e apresenta dois aspectos fundamentais, a saber, a igualdade e a diferença, que devem ser assegurados para que os seres humanos possam se estabelecer como iguais em sua “distinção única”. Nas palavras da autora:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas (Arendt, 2009, p. 188).

Não existe, portanto, “o ser humano como tal”, o que existe são “homens e mulheres que em sua absoluta distinção são iguais, ou seja, humanos”. A ação e o discurso dos quais são capazes, constituem “as duas atividades políticas por excelência, diferença e igualdade são os dois elementos constitutivos dos corpos políticos” (Arendt, 2009a, p. 109). Nas palavras de Correia (2007, p. 42), a pluralidade humana em Arendt, é, portanto, “ao mesmo tempo igualdade e distinção. A ação depende da pluralidade quanto a afirma, pois, ao agir, o indivíduo confirma sua singularidade e aparece a outros indivíduos”. Ser livre significa participar ativamente da esfera pública plural e comum, e “onde inexistesse esse tipo de liberdade”, diz Arendt (2009a, p. 185), “inexistesse espaço verdadeiramente político”. É por isso que a vida política, para ela, deve ser constituída pela pluralidade humana, e jamais ela deve reduzir a multiplicidade de perspectiva a uma única perspectiva, ela deve sempre tratar do estar juntos uns com os outros, dentro da diversidade. A vida política requer, nas palavras de Owens (2007, p. 137), “uma pluralidade de diversos atores e oradores, através do discurso e da ação desses homens e mulheres, cria-se ‘um espaço entre’ eles que pode existir ‘sem a mediação das coisas ou da matéria’”. Para Arendt, portanto, diz Villa (1996, p. 33), nenhuma ação é possível “sem a pluralidade, sem a diversidade de perspectivas”, sendo assim, a ação política é impossível sem o reconhecimento da pluralidade humana.

#### 4. Considerações finais

A liberdade, como entendida por Arendt, surge como um dos temas mais importante de toda a sua reflexão. Na verdade, não há espaço para uma compreensão adequada do seu pensamento quando o tema da liberdade é ignorado. Sua insistência e valorização da liberdade e sua importância, não podem ser compreendidas como o “medo” da autora em relação ao “fenômeno totalitário”, mas como uma crença inabalável na capacidade humana de fazer o “novo começo”. Não se pode falar de liberdade sem essa capacidade humana de começar “algo novo” e nem sem um espaço público onde cada um possa manifestar-se diante dos seus pares através de ação e do discurso. Por isso, para Arendt, a liberdade não pode ser confundida com o “livre arbítrio” e nem com a ideia de uma “liberdade interior”, cuja relevância se manifesta apenas para pessoas que vivem fora da comunidade política, isto é, no isolamento, pessoas, portanto, não livres. A liberdade precisa de um espaço público de aparência baseado na pluralidade humana, onde todos possam ter a oportunidade de manifestar-se diante dos seus pares, agindo, debatendo, opinando e posicionando em relação à algo que diz respeito a todos.

#### Referências

- ANDRONACHE, Laura. Contemporary republican theories: in search of solidarity. In: HONOHAN, I.; JENNINGS, J. (Eds.) *Republicanism in theory and practice*. London: Routledge, 2006. p. 109-121.
- ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ARENDRT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDRT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ARENDRT, Hannah. *Crises da república*. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ARENDRT, Hannah. *A dignidade da política*. Tradução de Antônio Abranches et al. Rio de Janeiro:

Relume-Dumará, 1993.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. (2009a)

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Tradução de Fernando Dídimo Vieira. Brasília: UnB, 1988.

ARENDT, Hannah. *A vida do Espírito*. Tradução de Antonio Abranches, Cesar de Almeida e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

ASSY, Bethânia. "FACES PRIVADAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS": por uma ética da responsabilidade. In: ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 31-60.

CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DOSSA, Shiraz. *The public realm and the public self: the political theory of Hannah Arendt*. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 1989.

DRUCKER, Cláudia. Sociologia do populismo e pensamento político. In: CORREIA, A. (Org.) *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 100-118.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KOHN, Jerome. Freedom: the priority of the political. In: VILLA, D. (Ed.) *The Cambridge companion to Hannah Arendt*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 113-129.

MCGOWAN, John. *Hannah Arendt: an introduction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

MUÑOZ, Cristina Sánchez. *Hannah Arendt: el espacio de la política*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2003.

OWENS, Patricia. *Between war and politics: international relations and the thoughts of Hannah Arendt*. New York: Oxford University Press, 2007.

PLOT, Martín. *The aesthetico-political: the question of democracy in Merleau-Ponty, Arendt, and Rancière*. New York: Bloomsbury Academic, 2014.

SCHIO, Sônia Maria. *Hannah Arendt: historia e liberdade (da ação à reflexão)*. Caxias do Sul: EdUCS, 2006.

VILLA, Dana. *Arendt and Heidegger: the fate of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

VILLA, Dana. *Public freedom*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

WAGNER, Eugênia Sales. *Hannah Arendt: ética e política*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.